

Agricultura Familiar e Segurança Alimentar: Elementos Conceituais e Empíricos

Dalva Maria da Mota

Dra. Sociologia, Pesquisadora da *Embrapa Tabuleiros Costeiros*, Av. Beira Mar, 3250,
Caixa Postal 44, Aracaju – SE, CEP 49025-040, E-mail: dalva@cpatc.embrapa.br;

1- Introdução

A produção de alimentos, na última década, tem sido tratada pelos estudiosos das mais diferentes áreas de conhecimento como um objeto instigante e essencial para a compreensão das relações, cada vez mais intensas entre a produção, a circulação, o consumo e os movimentos sociais organizados em torno da defesa do meio ambiente e dos consumidores.

Não é novidade para os estudiosos da questão agrária no Brasil, como também para os consumidores, que a produção de alimentos se dá em espaços rurais e urbanos a partir de diferentes relações de trabalho, volumes e de formas plurais de organização da produção, o que reflete nas estratégias dos produtores, mais ou menos, dependentes dos mercados e das exigências dos consumidores. Fazem parte desse contexto, agricultores familiares cujas condições de reprodução social variam da combinação de estratégias em que predominam a produção para o abastecimento¹ até a dependência da exportação de frutas frescas para países da Europa e da Ásia. Associar atividades extrativistas (por exemplo, frutas nativas com produtos do manguezal), culturas comerciais com culturas estritamente destinadas ao consumo da família ou produzir exclusivamente para o mercado são realidades possíveis de serem mapeadas regionalmente. Aliás, a história do campesinato no Brasil tem particularidades regionais bastante acentuadas a observar a dependência das grandes propriedades no Nordeste, o caráter de fronteira agrícola no Norte e a mais intensa dependência dos mercados de tecnologia e de capitais no Sul, particularidades muito associadas às estratégias pioneiras de ocupação do espaço e às relações de poder aí gestadas e reforçadas por políticas públicas engendradas mais recentemente.

Diante de situações tão diferenciadas e dos conhecidos índices de desigualdade social no Brasil, qual a importância dos agricultores familiares para o enfrentamento da problemática da (in)segurança alimentar? Constituem, eles mesmos, sujeitos nas políticas públicas tanto como atores produtivos como populações em situação de (in)segurança alimentar?

Estas são algumas das questões que orientarão as nossas reflexões neste artigo, sem descuidar de associar a problemática da segurança alimentar com a geração de emprego e renda.

2- Produção de Alimentos: um Capítulo da História da Agricultura Familiar no Brasil?

É consenso que a colonização do espaço brasileiro foi iniciada no Nordeste com a implantação e o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, dadas as condições

¹ Utilizada aqui no sentido de que a produção é organizada principalmente pelas e para as famílias (Sahlins, 1983, p. 119).

climáticas favoráveis e a demanda no mercado internacional. O estabelecimento de grandes áreas de cana gerou uma civilização baseada na exploração de propriedades com mão-de-obra escrava, orientada para a produção de açúcar e, secundariamente, para a produção de gêneros alimentícios para os que ali viviam, não obstante as conhecidas crises de abastecimento que acometiam a colônia (Andrade, 1986; Furtado, 1987; Szmrecsányi, 1998). Tal situação, chamou a atenção dos estudiosos para a condição de (in)segurança alimentar que acometia os pobres no Brasil Colônia, seja pela dificuldade de acesso à terra, seja pela necessidade de se revezar entre a grande e a “pequena” lavoura.

Grosso modo, no Brasil, durante séculos, os interstícios e as margens das grandes propriedades constituíram espaços de reprodução da agricultura camponesa de provisão através de relações de moradia, parceria, meia, etc., relações estas, que conjugavam ligações pessoais com subordinação e implicavam na obrigatoriedade de prestação de serviços ao proprietário como forma de pagamento, recompensa pelo uso da terra. O emaranhado de relações daí decorrentes condicionavam, freqüentemente, outras formas de subordinação política e social e, porque não dizer, até de proteção.

Por todas estas condições de dependência, no Nordeste brasileiro os camponeses constituíram grupos diferenciados, isolados, pobres e que praticavam uma agricultura de provisão em íntima relação com as grandes propriedades, participando apenas, ocasionalmente, da economia de mercado.

Brumer et al. (1993, p.180), discutindo o modelo original do campesinato brasileiro, afirma que o mesmo nasceu sob o signo:

- da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção e, especialmente, da terra;
- do caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção;
- da pobreza da população engajada nestas atividades como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade.

Referindo-se ao mesmo tema, Wanderley (1997, p. 22) afirma que o “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; à dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse”.

A hipótese da autora é que “no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, o campesinato sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, quando comparado ao campesinato de outros países (a França, por exemplo). Ou seja, foi e continua sendo, um setor **bloqueado**, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma específica de produção” (Wanderley, 1997, p.22).

Apesar do “bloqueio” imposto ao campesinato, reconhecemos o seu papel histórico na luta pela democratização do acesso à terra e a sua participação, particularmente, no tocante à produção de alimentos nas mais diversas e tensas condições que dividimos em quatro momentos distintos, mesmo que compreendamos que estes momentos não são separáveis e independentes:

1- Reprodução social dependente das grandes propriedades nordestinas e muito concentrada na produção de alimentos, cana-de-açúcar e pecuária até os anos 50 do Século XX através de relações que mesclavam compadrio, proteção e amizade com subordinação, dependência. Figuras emblemáticas destas relações são os moradores, os pequenos proprietários de terras nas franjas das grandes propriedades e os vaqueiros. Cada um, com diferentes articulações com as estruturas econômicas e com os representantes do poder locais. Como traço geral, os pequenos proprietários se diversificavam entre os que forneciam cana-de-açúcar paralelamente à produção de alimentos; e os que se dedicavam só a esta atividade, sendo que ambos criavam pequenos animais. Os moradores se dividiam entre culturas alimentares e algodão e os dias de trabalho para a grande propriedade. Já os vaqueiros, figuras centrais na conquista do sertão, se estabeleciam entre a pecuária e culturas alimentares (Andrade, 1986).

2- Ruptura da reprodução social dependente das grandes propriedades, mas enfrentando grande mobilização política dos camponeses na luta pelos direitos e acesso à terra através das ligas camponesas. Num primeiro momento, visava impedir a ação dos proprietários na elevação do foro, expulsão das propriedades e alteração das formas de dependência. Num segundo momento, assumiu uma posição mais ofensiva (ocupações de engenhos, etc.). No início dos anos 60 as questões trabalhistas unem moradores, pequenos proprietários, arrendatários, etc. contra os proprietários num momento em que havia sido promulgado o estatuto do trabalhador rural (1963) e instituiu os direitos trabalhistas (salário mínimo, férias, décimo terceiro, etc.) e o estatuto da terra no período da ditadura militar em 1964 (Sigaud, 1979, p.38). A resposta dos proprietários foi fechar as portas para os moradores, efetivando a expulsão dos camponeses de dentro para fora das grandes propriedades.

3- A Modernização conservadora atingiu parcialmente áreas, culturas e grupos de agricultores no projeto de modernização (anos 70 do Século XX) que não alterou as relações de poder correntes no espaço rural. A propriedade fundiária continua como o elemento organizador indispensável à atividade agrícola, se apresentando muitas vezes como reserva de valor em caráter especulativo ou é explorada sob forma extensiva com grande controle da força de trabalho (modernização de fases da produção, grupos e produtos). A propriedade familiar foi também afetada pelo caráter conservador. Uma parte foi excluída e outras conservaram muitas das suas características (dependência das grandes propriedades, precariedade de acesso aos meios de trabalho, pobreza dos agricultores, etc.). A migração foi uma das estratégias muito utilizadas tanto para outras zonas rurais como para as grandes cidades. Os projetos de colonização na Amazônia foram também buscados como uma alternativa de permanência na terra.

4- Eclosão da luta pela terra, surgimento do Pronaf e estabelecimento da Agricultura Familiar como categoria de ação política (a partir dos anos 80 até os primeiros anos do Séc. XXI). As conseqüências excludentes da modernização conservadora somou-se a crise que atingiu o setor agrícola nos anos 80 associada ao crescimento da mão-de-obra familiar que terminaram por provocar um processo de fragmentação fundiária, ameaçando posições freqüentemente já alcançadas pelos produtores. Como resposta, ganha visibilidade a luta pela terra através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST que, de forma contínua e criativa força um processo de reforma agrária no país ao ponto de hoje ter mais de cinco mil projetos e mais de 500 mil famílias assentadas (Leite et al. 2004, p. 11) Também nos anos 90, há

uma revalorização da Agricultura Familiar, particularmente com o surgimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf. No entanto, a partir de 2003 é que tem havido maior destaque da questão da segurança alimentar e nutricional, particularmente, após o lançamento do Programa Fome Zero no Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Apesar deste destaque, a reforma agrária sofre um arrefecimento.

Em qualquer um desses momentos, um dos traços importantes da agricultura familiar é a participação na produção de alimentos e na geração de ocupações, equilibrando-se entre a maior ou menor destinação dos produtos ao mercado e ao abastecimento. Aliás, essa é uma das características da agricultura familiar, denominada também de alternatividade que funciona como uma proteção quanto às oscilações do mercado, visando em última instância, evitar que a família sofra as consequências da falta de alimentos.

Em importante estudo realizado sobre a agricultura familiar, Guanzioli et al. (2001, p.63) afirmam que "A agricultura familiar é a principal fonte de ocupação de força de trabalho no meio rural brasileiro." Cálculos realizados por Schmitz (2002) demonstram que os 13,8 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar (76,9 % dos empregados na agricultura) correspondem a 18,8 % da população economicamente ativa do país.² Em se tratando da região Nordeste, 82,9 % de toda a força de trabalho na agricultura está ocupada na agricultura familiar (Guanzioli et al., 2001, p.63).

Como visto, os dados mostram que a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação não apenas no meio rural, mas também no conjunto da economia nacional. Apesar dessa importância para a produção de alimentos e produtos básicos para o setor de transformação, os valores da renda e dos investimentos são baixos, descontínuos e concentrados em regiões, tipos de produtores e de produtos.

O comparativo entre a agricultura de base familiar e aquela de base patronal pode ser feito por meio de diferentes indicadores, a exemplo da geração de emprego, da produção de alimentos, das vantagens quanto à proteção ambiental, da diversificação cultural, etc. No entanto, dado o nosso objetivo neste artigo, nos deteremos na produção de alimentos que tem um papel central na segurança alimentar, seja no interior destes estabelecimentos (pela possibilidade de garantir uma dieta diversificada e saudável produzida pela própria família), seja nos diferentes mercados em que participam como compradores e vendedores.

Em se tratando da produção dos alimentos que constam na pauta das dietas dos brasileiros, de modo geral, a agricultura familiar tem papel de destaque em vários produtos, regionalmente. De todo o arroz produzido no Brasil, é responsável por 30,9% enquanto no Nordeste lidera com 70,3%. Do feijão produzido no país a agricultura familiar é responsável por 67,2%. Desse percentual, produz 62% no Sul, 79,9% no Nordeste e 59% no Norte. Da produção da mandioca no Brasil, a agricultura familiar é responsável por 83,9%, sendo que no Norte os agricultores são responsáveis por 86,6%, no Sul 88,9% e no Nordeste por 82,4%. De todo o milho, 48,6% provém da agricultura familiar, sendo que no Nordeste este número é de 65,5% e no Sul é de 65%. Isso, sem contabilizar as frutas, hortaliças e produtos lácteos que circulam nos mercados locais.

Pelos números demonstrados, não resta dúvida de que a atividade agrícola é uma das mais importantes fontes de renda para a maioria das unidades familiares rurais com um duplo caráter: à proporção que criam oportunidades de trabalho e de apropriação de rendas ampliam e melhoram a oferta de alimentos tanto para si, como para a sociedade. Aliás, a produção para auto-consumo tem sido vista em muitos meios como negativa, sinônimo de atraso. Mas começam a surgir outras qualificações e até valorização desta mesma produção, sem deixar de considerar que as produções artesanais, sem aditivos

² Segundo dados de Almanaque citado por Schmitz, 2002, p.18).

químicos, disponibilizadas para o consumidor da forma como colhidas no campo começam a ser valorizadas no contexto das dietas saudáveis.

Segundo Maluf et al., (s.d.) “abordar a questão mercantil não significa desconsiderar o papel que cumpre a produção para auto-consumo como componente da reprodução das famílias rurais e, portanto, da sua segurança alimentar. Tida como sinônimo de atraso pelos adeptos da modernização fundada na especialização produtiva, a presença da produção para auto-consumo sempre constituiu-se um importante instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil. A inexistência de condições de produção para auto-consumo pela carência de recursos (água, área útil, catástrofes, etc.), ou a perda destas condições devida a opções como a da especialização produtiva, são causas de insuficiência alimentar que se somam aos indicadores de pobreza rural medidos em termos de renda monetária”.

Observando os dados quanto à participação da agricultura familiar na produção de alimentos, não podemos deixar de considerar outras condições importantes em se tratando de segurança alimentar e nutricional. Uma primeira, seria reconhecer que a disponibilidade de renda é um dos fatores relevantes para a segurança alimentar se considerarmos que através dela pode se dar o acesso adequado aos alimentos. “A capacidade de adquirir alimentos, por sua vez, impactaria a produção e o consumo” (Maluf et al. s.d.). A segunda, é o acesso a condições de produção como uma das premissas da equidade social. A terceira, seria a noção de qualidade dos alimentos e do meio ambiente.

Mesmo que reconhecidas as vantagens da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional, deve-se considerar que hoje o espaço rural é lugar de múltiplas atividades e intercâmbios em que diferentes oportunidades se apresentam tanto agrícolas, como não-agrícolas. Paralelamente, aumentaram as possibilidades da família se dividir entre os espaços urbanos e rurais para garantir acesso ao trabalho ou mesmo pelo desejo individual de realizar uma outra atividade. O trânsito entre os dois espaços implica na adoção de hábitos alimentares novos que terminam por influenciar a família. A novidade de uma nova receita de massa ou de um alimento pronto são muito atrativas e simbólicas. A literatura tem chamado a atenção para o fato das migrações serem consideradas umas das principais formas de difusão de hábitos alimentares com consequência na segurança alimentar pelas novas combinações (Mintz, 2001).

Claro está que a diversificação das atividades no espaço rural e o trânsito dos que continuamente vão e voltam em busca de trabalho provocam uma reconfiguração ocupacional com consequências nos papéis ocupados no grupo familiar, redefinindo relações que, de alguma forma, interferem nas dietas e nos hábitos alimentares das famílias. Exemplo disso pode ser visto nas mulheres que trabalham temporariamente num grande projeto de irrigação em Sergipe. Ao saírem de casa, às 06:00hs da manhã, já deixam preparado o almoço das crianças que, em muitos casos, já não têm feijão pela falta de tempo para preparar. O macarrão e o arroz predominam. Elas afirmam que quando estão o dia todo em casa preparam feijão, mas as crianças já começam a preferir as massas.

A adaptação a um trabalho na agricultura como assalariado, assim como, fora da agricultura, implicam em mudanças não apenas no quê comer, mas quando e como comer. Maluf (s.d.) constatou que um dos traços recentes do perfil do consumidor no Brasil é a alimentação fora do domicílio, que tanto pode ser composta por sanduíches e salgados, como pelos alimentos ofertados nos restaurantes a quilo.

De um modo ou de outro, a relação entre o tempo e o consumo de determinados alimentos também se desestrutura como no caso do milho e dos legumes plantados em

março e colhidos por ocasião dos festejos de São João, época de casamentos, batizados e demais festas no Nordeste brasileiro (Andrade, 1986, p. 141).

Como reflexo das dinâmicas dos novos hábitos alimentares que se instituem independentes das fronteiras, constatam-se tendências de consumo de produtos agrícolas tanto de luxo (frutas exóticas frescas) como de massa (grãos). Mas, dois movimentos paradoxais sobressaem: *i*) os que tendem a substituir os produtos da agricultura pelos produtos industrializados (Monteiro et al., 2000) e *ii*) os que privilegiam os produtos frescos da agricultura, diretamente do campo para a mesa e estão dispostos a pagar a conta por produtos saudáveis e produzidos de forma ecologicamente correta (Neves et al., 1997, p. 855).

Se por um lado, esta última tendência se apresenta como uma possibilidade de maior valorização dos produtos agrícolas, por outro, apresenta dificuldade para os agricultores familiares se adaptarem rapidamente a um novo padrão de produção no qual a rastreabilidade da produção através dos controles do uso dos insumos, do meio ambiente e do trabalho são rígidos e controlados por agentes externos. Adotar estes procedimentos, implicam em novos investimentos e assistência técnica constante, como também, na redefinição da relação dos agricultores familiares com a sociedade, particularmente, com os consumidores e guardiões do meio ambiente.

Concordamos com Maluf et al. (s.d.) quando afirmam que não é somente a oferta de bens que se constitui a relação dos agricultores familiares com a sociedade, pois ela abrange um conjunto de outras funções como a preservação da paisagem, a diversidade agrobiológica, a herança cultural e a própria segurança alimentar. Não há como se pensar num espaço rural que não seja multifuncional, cujos atores devem estar inseridos na construção de novos códigos sobre o território, a qualidade dos produtos e a ética. Quem sabe assim, colocaremos em prática o ditado tomaremos emprestada a terra dos nossos filhos e garantiremos os alimentos saudáveis de todo mundo.

3- Segurança Alimentar e Agricultura Familiar na Sociedade de Consumo: Reflexões Finais

Apesar de ser um tema que tem constado nas pautas das discussões internacionais há mais de 50 anos, a problemática da segurança alimentar tem maior visibilidade no Brasil somente a partir de 2003 quando o Governo Lula criou o Programa Fome Zero com o objetivo central de promover a segurança alimentar e nutricional de todos os brasileiros. Objetivo ambicioso, se pensarmos que a segurança alimentar implica em:

1. Disponibilidade contínua dos alimentos (autoprodução ou importação nos diferentes momentos e devida estocagem ou armazenamento).
2. Acessibilidade (acesso aos diferentes tipos de alimentos seja pela produção ou compra).
3. Qualidade dos alimentos e sua sanidade (alimentos de boa qualidade, isentos de produtos químicos ou nocivos à saúde e em condições de maturação adequadas).
4. Respeito aos hábitos e à cultura alimentar (as preferências alimentares constituídas historicamente em harmonia com as condições ambientais e sociais devem ser consideradas sem descuidar dos hábitos alimentares saudáveis).
5. Adequação da utilização (preparação e consumo em refeições equilibradas de modo que o aproveitamento biológico seja total).
6. Sustentabilidade do sistema alimentar (preocupação para que as condições presentes de produção sejam garantidas no futuro).

7. Alimentação adequada segundo as quantidades e qualidades nutricionais.

Aportando outros elementos ao debate, Maluf et al. (s.d.) chamam a atenção para os aspectos culturais construídos e manifestados no ato de se alimentar enquanto “ingrediente” a ser considerado na pauta de discussões e de políticas sobre a segurança alimentar e nutricional. As “nossas atitudes em relação à comida são normalmente aprendidas cedo e bem e são, em geral, inculcadas por adultos afetivamente poderosos, o que confere ao nosso comportamento um poder sentimental duradouro” (Mintz, 2001, p. 29).

Ainda segundo o autor, os hábitos alimentares podem mudar inteiramente quando crescemos, mas a memória e o peso do primeiro aprendizado alimentar e algumas das formas sociais aprendidas através dela permanecem, talvez para sempre, em nossa consciência.

Concordar com essa última assertiva significa compreender que o estabelecimento de uma política de segurança alimentar e nutricional não é um empreendimento simples, seja porque é uma problemática que atinge tanto as populações que têm alto poder de consumo e que se vêem, freqüentemente, as voltas com o problema da obesidade; seja porque os pobres têm acesso descontínuo e precário aos alimentos. Ponto em comum entre estratos tão diferenciados da população brasileira é a adoção de dietas questionáveis sob o ponto de vista das necessidades nutricionais. Essa realidade foi constatada por Monteiro et al. (2000, p. 251) em pesquisa realizada sobre as mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar em onze capitais brasileiras³. As conclusões do estudo demonstram que “a contribuição calórica do açúcar refinado excede o limite máximo recomendado de 10%, enquanto o consumo relativo de legumes, verduras e frutas fica bem abaixo do limite mínimo”⁴ com tendência a decrescer, provavelmente, em decorrência da restrição de renda. No entanto, cereais e derivados à base de farinha de trigo (pão, biscoito, macarrão etc.) tenderam a se estabilizar ou a se elevar ligeiramente. Importante observar que o preço relativo dos produtos termina por influenciar na formação de hábitos de consumo, a exemplo dos refrigerantes, que mais baratos, estão ocupando uma fatia importante do mercado que seria dos sucos naturais.

Assim, resguardadas as devidas particularidades da diferença de acesso aos alimentos, a qualidade das dietas e dos hábitos salutarres é um problema a ser enfrentado por muitas sociedades na contemporaneidade.

Com tantos paradoxos e problemas no campo em análise neste artigo, claro está que o direito à alimentação e à proteção contra a fome é um direito humano. Contudo, ainda não foram exercitados mecanismos que o garantam e cada dia fica mais patente que a causa do problema não é a falta de alimentos, argumento muito utilizado para a implementação da revolução verde e, mais recentemente, para a liberação dos transgênicos em produtos que não dizem respeito diretamente à problemática da segurança alimentar. Outros interesses estão em jogo (venda de insumos e sementes patenyeadas, por ex.) que não aqueles estritamente relacionados à produção de alimentos.

Outro aspecto que deve ser considerado é que tem havido uma difusão sem precedentes de alimentos e hábitos de consumo pelo mundo. Novos conceitos de refeição estão sendo experimentados a exemplo dos hambúrgueres em todos os continentes, da comida chinesa, japonesa, etc. e dos alimentos industrializados de fácil

³ Um dos principais resultados desta pesquisa é que a desnutrição em crianças e adultos diminuiu em todas as regiões do País. No entanto, houve um aumento da obesidade nos adultos.

⁴ Os limites recomendados são determinados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com base nas evidências que associam características da dieta ao estado de saúde dos indivíduos.

preparo, disponíveis nos supermercados. Tudo isso, tem conseqüências diretas na segurança alimentar, tanto do ponto de vista da transformação das dietas, quanto dos novos ensaios combinatórios entre os diferentes alimentos. O apelo persuasivo da propaganda incute com muita rapidez novas sugestões de consumo em que a qualidade dos alimentos nunca é a tônica.

A abordagem da questão da segurança alimentar e nutricional implica em considerar valores e símbolos. Não é a toa que se difundiu rapidamente entre a classe média brasileira o hábito de comemorar o aniversário dos filhos no McDonald's, sinônimo de comida higiênica, entretenimento, sinônimo de inclusão social e um pouco de Disneylândia perto da casa.

Mas ter acesso aos alimentos nem sempre significa segurança alimentar e nutricional se levamos em conta que a qualidade dos alimentos atende muito mais aos requisitos da produtividade, do lucro e da utilização de tecnologias cujos efeitos, muitas vezes, são desconhecidos no tocante à saúde humana. A rastreabilidade dos produtos, em atendimento à pressão dos consumidores, é um evento recente e não tem evitado que acontecimentos como a “vaca loca” atinjam países símbolos do capitalismo como a Inglaterra e a França. A separação entre os diversos elos das cadeias agroalimentares (por ex. produção da alimentação para animais em países diferentes daqueles em que os animais são criados) dificultam a ação organizada dos consumidores e o controle do Estado, pondo em risco a segurança alimentar. Recentemente, no entanto, inúmeras tentativas de controle da produção estão em prática como a Produção Integrada de Frutas – PIF e o Europe-Gap.

Todos estes controles, no entanto, devem ser pensados tendo em vista a capacidade dos agricultores familiares e pequenos fornecedores se adaptarem às exigências de qualidade, de modo que as mesmas signifiquem possibilidade de inserção e não de exclusão social. Neste sentido, as políticas públicas têm um papel fundamental quanto a dotar os produtores de uma capacidade mínima de elaboração dos produtos, de embalagens adequadas e de entregas regulares numa cadeia de relações menos eventuais entre fornecedores e compradores com certificação (Maluf, s.d.).

O crescimento do mercado de refeições prontas tem trazido mudanças nas relações entre produtores e consumidores, cada vez mais intermediadas pelos diferentes tipos de fornecedores, sem contar que, comer não é um ato meramente comercial e mecânico. Ter acesso aos alimentos não é direito garantido num contexto em que desigualdades e diferenças se acirram inter e entre nações.

Frente a tudo isso, quais são às possibilidades da agricultura familiar?

Ora, está comprovado que a agricultura familiar é uma possibilidade concreta de geração de emprego e renda, condições essenciais ao acesso aos alimentos e, conseqüentemente, ao incremento da produção, além da possibilidade de produção de parte dos alimentos necessários à família. De outra forma, as lógicas de reprodução social em que as regras de herança advogam sempre no sentido da manutenção do patrimônio nas mãos da família contribuem para que os recursos naturais sejam cuidados como bens a serem preservados, condição indispensável ao futuro dos agricultores enquanto categoria social e ao cuidado com a paisagem.

Não parece haver dúvidas que a agricultura familiar contribue para a equidade social ao gerarem empregos e oportunidades de renda, além de terem a propensão de refletirem melhor a diversidade de hábitos alimentares no âmbito dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo dos alimentos. A qualidade dos produtos deve ser prioritária para evitar que aos pobres reste apenas os mercados com produtos de baixa qualidade. “Ao contrário, pretende-se superar a perversidade contida nos modelos excludentes em que um número expressivo de produtores e fornecedores de baixa renda

ofertam alimentos com pouca qualidade a um contingente também expressivo de consumidores de baixa renda” (Maluf, s. d.).

Para finalizar, chamamos a atenção do papel da Reforma Agrária para a segurança alimentar e nutricional. Estudo recente afirma que os assentamentos têm contribuído para a oferta de uma maior diversidade de produtos, especialmente em áreas antes monocultoras, “significando uma espécie de “reconversão produtiva” em regiões de crise da agricultura patronal, em alguns casos contribuindo para uma reorganização dos sistemas de uso dos solos da produção familiar no seu contexto mais geral. Essa diversificação tem influência tanto sobre a qualidade de vida quanto sobre os aspectos ambientais (Leite et al. 2004, p. 259).

Assim, acreditamos que uma política de segurança alimentar e nutricional deve contemplar ações que focalizem os diferentes elos que constituem a cadeia dos sistemas agroalimentares, valorizando prioritariamente a constituição da cidadania.

4. Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. (1986), *A terra e o homem no Nordeste*. 5ª edição, São Paulo, Atlas.
- BRUMER, Anita. (1993), “A exploração familiar no Brasil”, in H. Lamarche (org.), *A Agricultura Familiar*, Campinas, Editora da UNICAMP.
- FURTADO, Celso. (1987), *Formação econômica do Brasil*. 22ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUANAIN, A.M.; SABATO, A.D.; BITTENCOURT, G. (2001), *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. (2004), *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrário e Rural. São Paulo, Editora UNESP.
- MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. c’Caderno segurança alimentar. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentação/Conferências.html>. Acesso em 07/07/2004.
- MALUF, R. S. Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas de segurança alimentar. Disponível em <http://polis.org.br/publicações/papers/20006.html>. Acesso em 11/07/2004.
- MINTZ, S. W. (2001), “Comida e antropologia”. *RBCS*. V. 16, nº47:29-41.
- MONTEIRO, Carlos Augusto, MONDINI, Lenise e COSTA, Renata B. L. (2000), “Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996)”. *Revista de Saúde Pública*, 34, 3: 251-258.
- NEVES, Marcos Fava, LAZZARINI, Sérgio Giovanetti e MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro. (1997), “Cenários e perspectivas para o agribusiness brasileiro”. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 35, 1997, Natal. Anais. Natal, SOBER.
- SAHLINS, Marshall D. (1983), *Sociedades tribais*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

SCHMITZ, H. Die Partnerschaft zwischen Bauern, Forschern, Beratern und ihren Organisationen: Reflexionen über das Landwirtschaftliche Wissenssystem im Bundesstaat Pará / Brasilien. Berlin: Humboldt-Universität zu Berlin. (2002). (Tese de doutorado, <http://dochost.rz.hu-berlin.de/dissertationen/schmitz-heribert-2002-11-19/PDF>).

SIGAUD, Lygia. (1979), *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades.

SZMRECSÁNYI, Tamás. (1998), *Pequena história da agricultura no Brasil*. 4ª edição, São Paulo, Contexto.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. (1997), “Raízes históricas do campesinato brasileiro”, in D. M. da Mota, E. D. Tavares e W. M. P. de M. Ivo (orgs.), *Agricultura familiar em debate*, Aracaju, EMBRAPA-CPATC.